

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 492 - Brasília, sexta-feira, 27 de junho de 1997

Prefeito deixa de ser fiscal do INSS

Aprovado fim da exigência de comprovante de contribuição para que se conceda "habite-se"

As prefeituras não terão mais que exigir de quem constrói ou reforma imóvel o comprovante de pagamento de INSS para concessão de "habite-se", segundo projeto aprovado ontem pelo Senado e que será agora encaminhado à sanção presidencial. A prefeitura também não precisará exigir o comprovante de matrícula no INSS para a concessão de alvará de construção. Pela proposta, ficam anistiados os prefeitos que estão sendo processados por não haverem exigido o recibo de pagamento.

O plenário aprovou também o registro em ata de voto de pesar pela morte do oceanógrafo Jacques Cousteau. **Página 2**

Geraldo Melo
preside e
Ronaldo Cunha
Lima secretaria
a sessão em que
se aprovou a
desobrigação
das prefeituras
quanto ao INSS



Relatório aponta omissão na morte de bebês em RR

Houve omissão do Ministério da Saúde e do governo estadual no caso da morte de bebês em berçário de Roraima, segundo o relatório da comissão especial. **Página 6**

Senado presta homenagens a padre Vieira

Aos 17 anos de idade, ele foi incumbido de escrever, em latim, as cartas anuais da Companhia de Jesus. Antônio Vieira, orador, político e escritor, mereceu homenagem ontem. **Página 7**

Mudanças na imunidade parlamentar

Comissão aprova prisão por crime inafiançável sem prévia autorização da Casa a que pertence parlamentar federal. **Página 8**

Só parte da dívida de SC poderá ser rolada

Numa decisão inédita, o plenário do Senado aprovou ontem a rolagem de apenas uma parcela de dívida estadual. Trata-se de projeto relativo à primeira parcela da dívida mobiliária de Santa Catarina, que vence no segundo semestre.

O presidente do Senado decidiu não colocar em votação pedidos do estado e da cidade do Rio de Janeiro para rolagem de dívidas porque a solicitação chegou à Casa faltando só seis dias para a operação no mercado. **Página 3**



A Comissão de Assuntos Econômicos chegou a aprovar ontem a rolagem da dívida da cidade e do estado do Rio, que não foi votada em plenário

Conforme projeto aprovado ontem pelo Senado, relatado por Lúcio Alcântara, os prefeitos ficarão isentos de responsabilidade, caso donos de imóveis não paguem as contribuições devidas para a Previdência. O projeto vai agora à sanção presidencial

“Habite-se” não depende mais de INSS

O plenário do Senado aprovou ontem projeto que desobriga as prefeituras de exigir de quem reforma ou constrói imóvel comprovante de pagamento de INSS para concessão de “habite-se”. A prefeitura também não precisará exigir do dono do imóvel comprovante de matrícula no INSS para que seja dado alvará de construção. O projeto será agora encaminhado à sanção do presidente da República.

Pela proposição, o prefeito ficará isento de responsabilidade, caso o dono do imóvel não pague as contribuições de INSS

dos empregados que trabalharem na obra. “Há um número muito grande de prefeitos pobres sendo processados pelo INSS por não terem exigido comprovante de pagamento de INSS em suas cidades”, informou o senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado, que leu parecer ao projeto em nome do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Os prefeitos processados ficam anistiados pelo projeto.

Conforme o parecer do senador Lúcio Alcântara, com o projeto as prefeituras terão de entregar ao INSS apenas a lista de al-



O líder do governo no Senado, Elcio Alvares



Lúcio Alcântara: anistia a prefeitos processados

varas de construção ou de “habite-se” de imóveis. Para o relator, não tem sentido as prefeituras atuarem como fiscais do INSS.

A proposição muda o sis-

tema de multas para cartórios que não comunicarem ao INSS, em um mês, a lista de óbitos registrados por parente. Hoje, a multa é rígida de 10 mil Ufir (R\$

9.108,00) e, com a mudança, haverá várias graduações mais baixas, a serem aplicadas aos pequenos cartórios de cidades do interior.

Cruz e Sousa receberá homenagem

O plenário aprovou ontem requerimento para que a primeira hora da sessão do dia 19 de março do ano que vem seja dedicada a homenagear o poeta simbolista catarinense Cruz e Sousa, quando estarão se completando 100 anos de sua morte.

O requerimento foi apresentado pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC). O senador informou que está encaminhando expediente ao Ministério da Educação para que os quatro livros que compõem o acervo do poeta integrem a relação de obras poéticas recomendadas pelo ministério.

Eduardo Suplicy propõe e Senado aprova pesar pela morte de Cousteau

A requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o plenário do Senado aprovou ontem o registro em ata de voto de pesar pela morte no último dia 24 do oceanógrafo Jacques Cousteau, vítima de enfarte. Na ocasião, Suplicy pediu que o Senado comunique a decisão à família do cientista e à Fundação Jacques Cousteau, via embaixada da França.

Referindo-se à figura sempre risonha do oceanógrafo, Suplicy disse que “tanta placidez no semblante era o resultado de uma aventura bem sucedida, que começou ainda criança, quando ele reservava algumas horas do dia para passeios na praia e aprender a nadar”.

Ao traçar um perfil biográfico de Cousteau, o senador

também disse que no seu barco *Calypso* o cientista foi uma espécie de Júlio Verne do nosso tempo, “o homem que abriu os oceanos ao mundo”.

Ele lembrou que o cientista também fez uma expedição pelo rio Amazonas, de onde concluiu que “nem todos os oceanos juntos guardam tantos segredos”, e alertou para o seguinte aviso do cientista: “o futuro da civilização depende da água”.

Conforme Suplicy, Jacques Cousteau deve ter morrido feliz “por ter dedicado a maior parte de sua vida à paixão pelo mar”.

O senador lastimou que, exatamente um dia após sua morte, o governo do Japão anuncie um leilão de carne de baleia, resultante de 400 animais.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson do Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Plenário solicita à CAE exame detalhado da situação do estado para decidir o que fazer com o restante do débito do segundo semestre. Pedidos do estado do Rio e da prefeitura carioca não foram apreciados

Santa Catarina só rola parcela da dívida

Projeto do petróleo tem vista coletiva em comissão

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador José Serra (PSDB-SP), concedeu ontem vista coletiva do parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto de iniciativa do Executivo que permite a participação do capital privado, nacional ou estrangeiro, nas atividades relacionadas ao petróleo, desde a prospecção até a comercialização do produto e seus derivados.

A matéria, oriunda da Câmara dos Deputados, já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) e deverá voltar à pauta da CAE durante a convocação extraordinária do Congresso no próximo mês.

Fogaça considera a criação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o órgão regulador da indústria de petróleo, um avanço no sentido da agilização do Estado brasileiro. O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou que pedirá destaque para emenda de sua autoria que fixa no Distrito Federal a sede da Agência Nacional do Petróleo.

Escritora fala da crônica no projeto das quintas-feiras

A escritora e professora Branca Bakaj disse em palestra feita ontem na Biblioteca do Senado, dentro do projeto *Quintas Culturais*, que o cronista é o "ficcionalista do cotidiano". Para ela, a crônica oscila entre a reportagem e a literatura, registrando o aspecto emocional do autor. "Pela crônica, nós aprendemos a ver a vida de cada um", assinalou.

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza Santa Catarina a rolar no mercado apenas a primeira parcela da sua dívida mobiliária que vence no segundo semestre. A parcela, no valor aproximado de R\$ 43 milhões, vencerá na próxima terça-feira.

Essa é a primeira vez que o Senado autoriza a rolagem de uma só parcela de dívida estadual. Ficou decidido que a Comissão de Assuntos Econômicos analisará detalhadamente a situação catarinense para decidir o que fazer com o restante da dívida do segundo semestre.

O relator da matéria, senador Esperidião Amin (PPB-SC), informou que o Banco Central apontou vários problemas na rolagem, inclusive



Amin acusa gasto em excesso com pessoal

o desrespeito à legislação que estabelece limites para gastos estaduais com dívidas. Além disso, conforme o senador, Santa Catarina gasta quase 80% de suas receitas correntes com pessoal, quando o máximo permitido é 60%. Fora isso, o estado se encontra inadimplente junto a vários bancos.

Na mesma sessão, o sena-

dor Esperidião Amin apoiou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pelo ofício que encaminhou ao ministro da Fazenda advertindo que o Banco Central tem enviado ao Senado pedido de rolagem de dívidas estaduais e municipais poucos dias antes de seu vencimento.

Antonio Carlos Magalhães decidiu não colocar em votação ontem o pedido do estado do Rio e da prefeitura do Rio para rolagem de suas dívidas, porque a solicitação chegou ao Senado faltando seis dias para a operação no mercado.

Pela manhã, a CAE chegou a aprovar a rolagem das dívidas do governo e da prefeitura do Rio de Janeiro. Na pró-

xima terça-feira, o governo do estado terá de rolar no mercado títulos no valor de R\$ 114 milhões e a prefeitura R\$ 227 milhões. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator da matéria na comissão, disse que o Banco Central, responsável pelo envio dos pedidos ao Senado "em cima da hora, terá de encontrar uma solução" no momento em que os detentores dos títulos tentarem fazer o resgate, na terça-feira.

Na mesma sessão, o plenário decidiu adiar para o dia 13 de agosto a votação de projeto de lei complementar que proíbe a contratação, por qualquer nível de governo ou empresa pública, de serviços de intermediação ou assessoramento para liberação de verbas públicas.

Serra, como Simon, defende nova revisão constitucional

O senador José Serra (PSDB-SP) afirmou ontem que a única saída para a realização das mudanças exigidas pelo país está na convocação de uma nova revisão constitucional, acompanhada de plebiscito e referendo, conforme projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS): "Entre todas as alternativas existentes, é a menos ruim".

A convicção do senador é de que "alguma coisa" da reforma administrativa e "alguns avanços" da reforma previdenciária poderão ser aprovados este ano, mas muita coisa restará a ser feita em termos de mudança constitucional. Desistir delas, a seu ver, é resignar-se a manter os entraves "que amarram a vida do país". Por outro lado, fazer reformas sob as atuais regras constitucionais representa a manutenção de uma estratégia de "caçar frango em terreiro", acrescentou.

Na opinião de José Serra,

quando o Congresso decidiu antecipar para 1993 a revisão constitucional prevista na Constituição de 1988, cometeu um dos maiores equívocos da vida política brasileira neste século. Na ocasião, frente a um Congresso "esfrangalhado" pelo impeachment de Fernando Collor, pela CPI do Orçamento e pela proximidade de eleições gerais, propôs que a revisão fosse realizada em 1994, "mas entenderam que eu era contra a revisão", disse.

Quatro fatores teriam, conforme Serra, levado a esse "erro elementar". O primeiro deles foi o temor de alguns setores, particularmente o PFL e o PPB, de que Lula ganhasse as eleições. "Não ganhou, mas, mesmo que tivesse ganho, a hipótese era equivocada", frisou. O segundo fator foi a ignorância, inclusive de setores empresariais, acerca da

resistência social às reformas, subestimada então.

Outra subestimação, como terceiro fator, foi relativa à mobilização empresarial, que



Serra: temores eram infundados

se colocou acima dos parlamentares. Finalmente, observou, disseminou-se então a crença de que não seria possível garantir a estabilização da economia sem as reformas: "Elas ajudam a diminuir os custos da estabilidade, mas não a inviabilizam, como ficou demonstrado".

Júlio Campos homenageia professora

O senador Júlio Campos (PFL-MT) registrou ontem o falecimento da professora Ofélia de Dondo, ocorrido recentemente em Barra do Garças (MT). O senador disse que Ofélia, como exemplo de "dedicação, humildade e competência, era um patrimônio da nossa região".

Júlio Campos leu artigo publicado pelo jornal *A Gazeta do Vale do Araguaia*, e destacou que o Conservatório de Música de Barra do Garças, criado por Ofélia, "é um marco incontestável da competência e da dedicação pessoal da qual que foi a dama da cultura mato-grossense e brasileira".



Simon considerou "grave" interferência que beneficiou times

Simon questiona pressão sobre CBF

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que a "virada de mesa" que garantiu a participação do Fluminense e do Bragantino na 1ª divisão do Campeonato Brasileiro sofreu interferência direta de altas autoridades do país.

A virada de mesa é grave, mas nem tanto. Outra coisa, bem mais grave, é que a virada tenha resultado de pressões políticas irresistíveis sobre Ricardo Teixeira - afirmou.

Simon baseou-se em coluna do jornalista gaúcho Paulo Santana, intitulada "Golpe de

Estado" e publicada no jornal *Zero Hora* de ontem. A seu ver, trata-se de jornalista sempre bem-informado e de grande credibilidade.

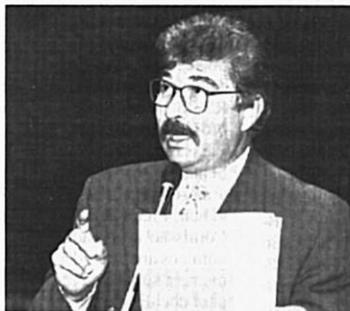
Conforme o senador, Santana afirmou que o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, recebeu telefonemas dos ministros da Fazenda e da Justiça, respectivamente, Pedro Malan e Iris Rezende, e do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Além deles, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) também teria telefonado em defesa da permanência do Atlético.

Possibilidade de que o presidente da República venha a reduzir os gastos previstos no Orçamento com a assistência à Saúde preocupa senador

Patrocínio fica "perplexo" com notícia de vetos à LDO

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse ontem estar perplexo com notícias publicadas pela imprensa, antecipando o desejo do presidente da República de vetar sete itens da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada na quarta-feira, dia 25, pelo Congresso. Entre esses itens, está o que condiciona os gastos com a Saúde para 1998 a, no mínimo, R\$ 20 bilhões, valor equivalente ao previsto para o ano em curso.

Na opinião de Patrocínio, o presidente da República não poderia estar disposto a vetar artigos que foram discutidos com autoridades da área econômica e com as lideranças partidárias. Conforme disse, os recursos previstos para a Saúde apenas garantem que os serviços do setor fiquem, no próximo ano, na mesma situação em que



Recursos para a Saúde apenas garantem os mesmos níveis do ano passado, lembra Patrocínio

se encontram neste ano. "Se tivéssemos destinado R\$ 40 bilhões, ainda assim a Saúde permaneceria na condição pré-falimentar em que se encontra", garantiu o senador.

Patrocínio também lembrou que itens como esse consistem em conquistas do Congresso Nacional em benefício da soci-

idade brasileira, sendo portanto inexplicável o propósito do veto. O senador reiterou seu contentamento com a aprovação em tempo hábil da LDO, mas ressaltou que é muito preocupante a possibilidade de que o governo venha a realizar os vetos anunciados pela imprensa.

Restrição à venda de bebida alcoólica

Já se encontra na Câmara projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF) que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados às margens de rodovias. A proposição foi aprovada em caráter terminativo pela



Valmir Campelo

Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Expirou no final da semana passada o prazo regimental sem que tenha sido apresentado recurso para votação da matéria pelo plenário do Senado.

Valmir argumenta que, de cada duas mortes no trânsito, uma é decorrente da irresponsabilidade de motoristas que

não se absterem do consumo de álcool antes de dirigir. O relator da matéria, Sebastião Rocha (PDT-AP), destacou que a proposição reflete toda a preocupação do autor com o quadro de violência no trânsito, "que aflige, de forma cada vez mais dramática, a população do país".

Segundo o projeto, o infrator pode ser enquadrado no artigo do Código Penal que prevê de um a dois anos de detenção para aquele que "expõe a perigo outro meio de transporte público, impedindo-lhe ou dificultando-lhe o funcionamento".

Calheiros saúda a decisão de retomada do Proálcool

"A retomada do Proálcool, anunciada pelo presidente da República, promete resgatar um dos maiores erros da miopia tecnocrática na história recente do Brasil", disse ontem o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Para ele, a interrupção do programa, considerado mundialmente uma das mais criativas e exitosas políticas energéticas, teve "desastrosos" impactos econômicos, sociais e ambientais.

O fim do Proálcool determinou o aumento das importações de petróleo, agravando o estrangulamento de nossas contas externas, e desempregou milhares de trabalhadores rurais de cana e operários das indústrias, com efeitos sociais perversos em estados de economia frágil e dependente da monocultura, como Alagoas. Enfim, privou-nos de fortalecer nossa

matriz energética com uma fonte genuinamente brasileira, renovável e não-poluente - afirmou.

Renan Calheiros elogiou duas iniciativas que integram o novo Proálcool: a conversão para álcool de toda a frota de veículos oficiais e a regulamentação de incentivos fiscais para a produção e venda de carros a álcool a segmentos do mercado, tais

como locadoras e taxistas.

A título de sugestão, entendendo que um programa ordenado de substituição de toda a frota nacional de ônibus urbanos por veículos a álcool trará enormes benefícios não só para a revitalização da agroindústria, mas também para a drástica redução dos níveis de poluição atmosférica nas grandes cidades - salientou.



Para Renan Calheiros, governo corrige um dos maiores erros

Reunião de líderes de partidos de vários países da América Latina foi a prova de que a utopia socialista continua viva e que é preciso buscar uma aliança de centro-esquerda

Freire volta de encontro no Chile saudando fim da letargia

Estagnadas na resistência pura e simples, perplexas com o desafio da internacionalização da economia, ou atordoadas com a queda do Muro de Berlim e a derrocada das experiências do socialismo real, "as esquerdas brasileiras parece que começam a sair da letargia", comemorou ontem o senador Roberto Freire (PPS-PE).

"A montanha se moveu", disse, "mas não avançará se, para superar a atual composição de centro-direita no governo, reeditar a Frente Brasil Popular formada em torno da candidatura de Lula à Presidência em 90 e 94, modelo que se esgotou por completo".

Em encontro realizado em Santiago do Chile, reunindo vários partidos do Brasil, Argentina, Uruguai e México, "velhos

mitos e velhos preconceitos foram deixados de lado para, concretamente, apontar saídas disponíveis para todos nós que não acreditamos no fim da utopia socialista nem aceitamos ficar sob a tutela de um movimento mundial capitaneado pelos países centrais do capitalismo", disse.

No centro desse novo cenário, na opinião de Roberto Freire, esteve um documento de referência do encontro, do filósofo Mangabeira Unger, sugerindo, como discussão preliminar à criação de uma alternativa política nova e viável no atual qua-



Roberto Freire

dro de poder, a necessidade de "se buscar uma forte aliança política de centro-esquerda". O modelo dessa aliança seria a realizada na Assembleia Nacional Constituinte, que gravitou em torno de Ulysses Guimarães e "impôs à direita conquistas políticas fundamentais".

Para Freire, esse é o único caminho disponível, no campo democrático, de superação do bloco de centro-direita, que "vem realizando mudanças com o viés da exclusão e atravancando as reais e necessárias reformas nos países latino-americanos".

O senador destacou ainda, no

documento, a posição referente às empresas públicas e à política de privatizações. "O Estado deve sair dos setores tradicionais, que não são mais estratégicos", para ser instrumento social de regulação do mercado e assumir "o papel de provedor e indutor de atividades econômicas de resgate social e de fomento à ciência e tecnologia".

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou a "escada de raciocínio" que coloca Freire na contemporaneidade do mundo. José Eduardo Dutra (PT-SE), por sua vez, concordou que as esquerdas entenderam "a estatização como atalho para o socialismo", o que as levou à defesa de um *status quo* que não foi por elas construído.



Távola: processo é diabólico

Távola critica transformação de notícia em show da mídia

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) criticou a tendência dos meios de comunicação em apresentar a notícia como espetáculo: "As regras do espetáculo, quase sempre nutridas na experiência da ficção, se transmitem à informação, modelando-lhe o resultado através de intervenção na forma e manipulação de conteúdo".

De acordo com Artur da Távola, a notícia como espetáculo utiliza elementos retirados da dramaturgia e da publicidade, baseada em uma linguagem hiper-real, que acostumou o público a "ler" mensagens ao mesmo tempo imediatas e intensas. Ele lamentou que a maioria das notícias diariamente massificadas pela mídia é editada dessa forma.

Esse processo, no seu entender, "é diabólico", porque acaba por transformar-se, de recurso, em linguagem. "De modo imperceptível, redatores, editores, fotógrafos, câmeras e repórteres se tornam dramaturgos e/ou publicitários, empenhados nas ênfases dramáticas ou nas exacerbações 'vendedoras'".

Para o senador, os profissionais da mídia quase nunca se dão conta disso: "Acabam por acreditar, de tal forma, na eficácia de seu processo informativo que se tornam multiplicadores e, em muitos casos, professores de informação hiper-real". O hiper-realismo, segundo Távola, é "a mentira da verdade", e "a comunicação acaba possuída por esse processo, com o surgimento de um universo de ênfases, acentuações, hipérboles e intensidades".

Suplicy diz que proposta de Marta não é casamento

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem projeto de lei da deputada Marta Suplicy (PT-SP) que institui o contrato de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. O senador ressaltou "a coragem" da deputada por ter colocado a proposta em discussão pela sociedade brasileira.

O adiamento da votação do projeto, na Câmara, para agosto, disse, permitirá maior esclarecimento do assunto à sociedade brasileira que, assim, compreenderá melhor a proposta. A seu ver, houve "muitas incompreensões" de entidades religiosas, especialmente das igrejas Católica e protestantes, porque não compreenderam que o projeto "não dá *status* de casamento ao contrato de parceria civil".

Suplicy explicou que a proposta não permite ao companheiro usar o sobrenome do outro ou mudar o estado civil durante a vigência do contrato. Também veda a constituição de família; a adoção, a tutela ou a



Suplicy: igrejas não entenderam guarda de crianças e adolescentes em conjunto, mesmo que sejam filhos de um dos parceiros.

Segundo o senador, a proposta de Marta Suplicy garante o direito à herança, benefícios previdenciários e seguro de saúde conjunto. Além disso, os parceiros poderão fazer declaração conjunta de imposto de renda, terão direito à nacionalidade no caso de estrangeiros que tenham como parceiro cidadão ou cidadão brasileiro, e poderão apresentar renda conjunta para compra de imóvel.

Abdias tem projeto pela honra e dignidade

Projeto apresentado pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) atribuí ao Ministério Público a iniciativa de promover ação civil com o objetivo de impor o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer - por exemplo, realizar ou se abster de realizar determinado ato - para preservação da honra e da dignidade de grupos étnicos, raciais e religiosos.

Conforme a proposição, na ação civil que tenha por objeto a obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação de atividade ou da cessação da atividade nociva, sob pena de multa diária.

A proposição de Abdias pretende interromper ou evitar atos danosos à honra ou dignidade dos grupos étnicos, raciais e religiosos, e também obter reparação quando não for possível evitá-los. As ações poderão ser improprias também pela sociedade civil.

- Objetiva, assim, o projeto



Abdias luta por direito elementar dotar os grupos em questão de um instrumento ágil e eficaz que lhes possibilite enfrentar as manifestações de racismo e discriminação que, infelizmente, ocorrem em nossa sociedade em vergonhosa proporção - disse o senador.

Segundo Abdias Nascimento, "é inegável a dispersão e precariedade da legislação atual sobre a matéria, a qual exige imediato aperfeiçoamento para uma aplicação eficaz".

Comissão Temporária conclui que houve falhas estaduais e federais na maternidade de Boa Vista, onde 32 crianças morreram no berçário

Omissão e incúria nas mortes de bebês em RR

A Comissão Temporária incumbida de acompanhar as circunstâncias que provocaram a morte de dezenas de crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, de Boa Vista (RR), aprovou ontem o relatório final, da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Ele foi acolhido com voto complementar do senador Romero Jucá (PFL-RR), presidente da comissão.

Entre as recomendações aprovadas está a implantação do controle de infecções na maternidade e outros hospitais de Roraima, nos moldes preconizados pelo Ministério da Saúde. A comissão decidiu também oficiar ao Ministério Público para que prossiga, estenda e conclua as medidas cabíveis para completar os processos investigatórios nas áreas criminal, cível e administrativa.

O relatório sugere, ainda, a adoção, pelo Poder Legislativo, de maior rigor na apreciação da proposta orçamentária e de solicitações de créditos adicionais. Recomenda também que o Senado fortaleça a Comissão de Fiscalização e Controle, dotando-a de uma estrutura técnico-administrativa à altura de suas atribuições. O objetivo seria am-

pliar e garantir a ação fiscalizatória do Senado, "para que episódios como o registrado na maternidade de Roraima não ocorram mais".

A comissão aponta a "omissão do Ministério da Saúde em reverter sua política de desassistência àquele estado" e culpa o governo de Roraima por investir mais recursos no setor sem desenvolver

do Federal e da Câmara dos Deputados, ao governador do estado, além de outras autoridades, para as finalidades de conhecimento e adoção dos procedimentos cabíveis, nas devidas esferas de competência.

Romero Jucá destacou que o êxito dos trabalhos da comissão deveu-se em parte à colaboração oferecida pelo



Jucá incluiu voto complementar ao relatório de Marluce na Comissão Temporária

uma adequada infra-estrutura. Conforme o relatório, também houve omissão dos profissionais que investigaram o episódio: eles não teriam tomado as medidas de investigação epidemiológica indicadas para esclarecer o caso.

O relatório será encaminhado ao presidente da República, ao ministro da Saúde, aos presidentes do Sena-

Ministério Público de Roraima, que desenvolveu "exaustiva investigação". Acrescentou que o resultado dessas investigações dará chance a que as famílias das 32 crianças mortas sejam indenizadas na forma da lei. Pediu, por fim, o envio do relatório da comissão ao presidente do Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Regional de Medicina do estado de Roraima.

Romero Jucá responsabiliza o governador

O senador Romero Jucá (PFL-RR) atribuiu ao governador de Roraima "a maior parcela de responsabilidade" pela morte de 32 crianças no berçário do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, da capital do estado, ocorrida ano passado. Ele fez a acusação ao anunciar a conclusão dos trabalhos da comissão especial que investigou o episódio.

Jucá elogiou os membros do Ministério Público de Roraima e disse que o relatório da comissão, da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), não deixa dúvida de que "o governo do estado não tomou providências para evitar o problema que vitimou dezenas de pessoas".

FLORESTA

Em nome da liderança do PFL, Romero Jucá parabenizou

a população do município pernambucano de Floresta, que encerra hoje, sob administração do prefeito Oscar Ferraz Filho, as comemorações de seus 90 anos de fundação.

O senador assinalou que Floresta, sua cidade natal, se destaca na região como um pólo de desenvolvimento e exemplo de progresso para o sertão de Pernambuco.



Ramez Tebet teme inundação

Tebet volta a alertar Cesp sobre Porto Primavera

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) voltou a alertar a Cesp (Centrais Elétricas de São Paulo) para a necessidade de encontrar-se uma solução que atenda os municípios cujas terras serão inundadas com o fechamento das comportas da usina de Porto Primavera. Referia-se aos municípios de Três Lagoas, Bataguáçu, Anaurilândia, Bataiporã, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Nova Andradina e Taquaraçu.

Conforme Tebet, terras valiosas para a pecuária e para a agricultura, situadas nesses municípios, deverão ser inundadas em maio do ano que vem e, até agora, a Cesp não se manifestou claramente sobre itens como indenização, construção dos prédios públicos que ficarão submersos, obras rodoviárias e formação da mata ciliar.

- Mato Grosso do Sul está disposto a fazer sua parte, mas o governo de São Paulo ainda pode mudar sua atitude. E se não o fizer, cabe à União e ao povo desse país exigir que o faça.

O senador também informou que ontem e hoje os prefeitos dos municípios atingidos pela usina de Porto Primavera estão reunidos na sede da Cesp, com a presença do presidente desta, Andrea Matarazzo, na tentativa de apressar providências que indenizem os prejuízos com a inundação. O senador espera que "os entendimentos cheguem a um final, para que possamos acabar com a dramática expectativa em que vivem esses municípios".



Tuma pediu transcrição nos Anais

Tuma endossa relatório das Nações Unidas contra drogas

Ao registrar o transcurso do Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas, comemorado ontem, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu a transcrição nos Anais do Senado de discurso do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e do Relatório Mundial sobre Drogas, elaborado pela mesma organização.

No pronunciamento citado por Tuma, Annan apela por uma ação conjunta para envolver as famílias no combate às drogas, "uma ameaça à vida e à segurança básica do ser humano, que afeta os mais vulneráveis - os jovens". O secretário-geral da ONU afirma ainda que as pessoas começam a experimentar drogas cada vez mais cedo e que novas drogas estão crescendo em popularidade, pois jovens de muitas sociedades imaginam, erroneamente, que elas sejam mais seguras do que as tradicionais, como a heroína e a cocaína. O relatório da ONU, cuja transcrição foi pedida por Tuma, mostra um aumento mundial no tráfico e no consumo de entorpecentes.

Na passagem dos 300 anos da morte do padre Antônio Vieira, o orador, político e escritor português foi lembrado em plenário pelos senadores Lúcio Alcântara, Edison Lobão e Geraldo Melo

Senado exalta o gênio de Vieira em sessão especial

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, a memória do padre Antônio Vieira, pela passagem dos 300 anos de seu falecimento. O gênio do orador, político e escritor português foi exaltado, em pronunciamentos, pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), de quem partiu a iniciativa da homenagem, Edison Lobão (PFL-MA) e Geraldo Melo (PSDB-RN).

Ao destacar a trajetória de Vieira, Lúcio Alcântara lembrou que, quando de sua chegada ao Brasil, ainda menino, a sua família se fixou na Bahia depois de uma viagem na qual o navio em que viajavam quase naufragou. "Na Bahia o jovem Antônio ingressou no colégio da Companhia de Jesus, contra a vontade dos pais, e demonstrou toda a sua capacidade e talento quando, aos 17 anos, ficou encarregado de escrever para Roma, em latim, as cartas anuais da Companhia", discorreu.

As primeiras pregações foram aos 27 anos, por volta de 1635, quando se ordenou sacerdote e começava a revelar-se exímio orador, fato que o levou a Lisboa, após a libertação de Portugal do jugo espanhol, para compor a delegação encarregada de hipotecar solidariedade a dom João IV, o novo rei, recordou o senador.

Alcântara reportou-se à volta do padre Vieira ao Brasil, com destino ao Maranhão, onde, frísou, foi recebido com júbilo pela comunidade. Após retornar mais duas vezes à Europa, ele voltou em definitivo ao Brasil e ultimou a edição de *Os Sermões*. Faleceu na Bahia, em 1697, aos 89 anos de idade.

Por sua vez, Edison Lobão recordou o que escreveu padre Vieira no *Sermão da Sexagésima*, pronunciado em Lisboa, quando o sacerdote



O ministro da Cultura, Francisco Weffort (E), entre outros convidados, participou da homenagem a Vieira

saiu do Maranhão para defender a causa dos índios na Europa e manifestou sua distinção entre pregar e agir: "Ter nome de pregador ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que têm os ouvidos". Segundo o senador,

falava Vieira da conversão do mundo no sentido religioso, mas aplicando também estes ensinamentos básicos para os pregadores das coisas públicas.

Como presidente da Mesa, o senador Geraldo Melo afirmou: "O que ocorre nesta Casa, nesta manhã, é a expressão do reconhecimento da posteridade ao que ele (Vieira) representou na construção da grande obra da qual somos herdeiros do co-

lonizador português.

- Não homenageamos apenas o artesanato da palavra, o político, o filósofo, o catequista; homenageamos o vulto inteiro, integral, de Antônio Vieira como um dos tecelões da unidade nacional da qual somos herdeiros, herança que esperamos ser capazes de guardar e entregar intacta ao futuro, como a recebemos - disse Geraldo Melo.

Bezerra destaca obras da rodovia Cuiabá-Santarém

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) elogiou ontem a inclusão das obras da rodovia Cuiabá-Santarém no plano Brasil em Ação, do governo federal. Para ele, essa "será a grande obra do atual governo, a exemplo do que foi a Belém-Brasília, no governo de JK".

Bezerra lembrou que, como relator do Orçamento da União

deste ano, acolheu emenda da bancada do Norte, garantindo recursos para as obras dessa rodovia. Na opinião do senador, a decisão do governo mostra



Bezerra: governo volta ao planejamento

que o Executivo começa a planejar suas ações, o que não fazia "desde o Plano Trienal elaborado pelo economista Celso Furtado".

O senador entende que o governo, admitindo a necessidade de diversificar os meios de escoamento da produção nacional, está adotando projetos que se utilizam do transporte intermodal para esse fim. Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou o discurso de Carlos Bezerra, destacando a importância da aplicação de novos investimentos na região. Jefferson Peters (PSDB-AM) disse que o governo federal está saindo do imobilismo e elogiou a inauguração de obras federais no Amazonas como a interligação elétrica com a Venezuela, o asfaltamento da BR-174, ligando Manaus a Caracas, e o terminal de Itacoatiara, entre outras.

Elcio presta homenagem ao pai de ACM

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), registrou ontem o centenário de nascimento do professor Magalhães Neto, pai do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Elcio destacou que o homenageado "foi uma figura aureolada, respeitada, que marcou com o brilhantismo de sua inteligência a época em que viveu".

Lembrando que hoje a Bahia está em festa, o líder disse que a celebração desse centenário mobiliza setores de todo o estado, como as secretarias de governo, a Academia de Letras, a Academia Bahiana de Medicina, o Instituto Geográfico e Histórico, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, a Associação Bahiana de Medicina e a Universidade Federal da Bahia.

Na opinião de Elcio, essa mobilização demonstra a presença perene de Magalhães Neto na memória dos baianos, assim como a disposição desse povo de "celebrá-lo sempre". O senador destacou também a liderança de Antonio Carlos Magalhães e a de seu filho Luís Eduardo Magalhães, líder do governo na Câmara, dizendo que eles constituem referências na vida política brasileira.

TV SENADO 24 HORAS

A partir de hoje, a TV Senado passa a transmitir por 24 horas. Através de um sistema chamado *Video Store*, os vídeos são digitalizados e armazenados em 27 *hard disks*, equivalentes a 27 horas. Com o *Video Store* carregado e a grade de programação definida, basta apertar um botão que o computador dedicado encarrega-se de colocar a TV no ar. Nos dias úteis, o sistema funcionará a partir das 00h30 às 9h. Nos finais de semana, de 00h30 de sábado às 9h de segunda-feira.

Proposta aprovada pela Comissão da Reforma Político-Partidária permite prisão por crime inafiançável, sem autorização da Casa respectiva, e altera sistemática de concessão de licença para processo pelos demais tipos de delito

Imunidade parlamentar pode mudar

A comissão temporária destinada a estudar a reforma político-partidária, reunida ontem sob a presidência do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), aprovou proposta do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), permitindo que parlamentares federais sejam presos por prática de crime inafiançável, sem prévia autorização da Casa respectiva.

A medida aprovada, a ser encaminhada na forma de proposta de emenda constitucional, determina que a prisão em flagrante de parlamentar ou a abertura de processo criminal



Na reunião presidida por Humberto Lucena (E), Sérgio Machado explica a proposta acolhida pela comissão pela prática de delito inafiançável será comunicada, em vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que decida sobre a prisão. A proposta estabelece, quanto aos demais crimes, que se no prazo de 60 dias do recebimento do pedido de licença para

o parlamentar ser processado - salvo nos períodos de recesso - a respectiva Casa não deliberar sobre a solicitação, a mesma será colocada na ordem do dia, e nela permanecerá durante dez sessões consecutivas. Decorrido esse prazo, e não havendo deliberação, a licença será tida como concedida.

Na reunião de ontem, a comissão destinada a estudar a reforma político-partidária iniciou o debate sobre financiamento de campanhas eleitorais, que, segundo defende Sérgio Machado, deve ser com recursos públicos.

Jonas pede urgência para proteção a recursos genéticos

O risco de que o Brasil tenha seu patrimônio genético utilizado indiscriminadamente, "de maneira predatória, espoliante e sem que a população brasileira dele se beneficie", foi o alerta feito ontem pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), ao pedir urgência na votação, pela Casa, de projeto de lei que dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso a recursos genéticos do país, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC).

Ele argumentou que a matéria, extremamente complexa, é prioridade para o Brasil pelo fato de o país ser dotado "da maior biodiversidade do planeta", mas ainda não dispôr dos instrumentos jurídicos necessários para "disciplinar sua utilização de maneira responsável e sustentável".

Segundo Jonas Pinheiro, a falta de uma legislação sobre o assunto vem possibilitando

o patenteamento, por instituições e pesquisadores de outros países, de substâncias oriundas do patrimônio genético brasileiro e, especialmente, daquelas obtidas a partir de conhecimentos tradicionais da população. O senador citou reportagem publicada recentemente, segundo a qual pesquisadores ingleses patentearam, no Reino Unido, substância anticoncepcional utilizada pelos índios wapixana, de Roraima.

- Tal fato é extremamente grave. Primeiro, porque essas populações indígenas não te-

riam nenhuma retribuição financeira desse conhecimento e, segundo, porque a população brasileira poderá, no futuro, ter de pagar royalties aos detentores internacionais da patente pela eventual utilização dessa substância - disse o senador.

Para Jonas Pinheiro, o projeto de Marina Silva complementa aspectos não contemplados pela Lei de Patentes e pela Lei de Proteção aos Cultivares, que entraram em vigor este ano, e "torna a legislação brasileira mais completa e abrangente".



Uso da plasticultura entusiasma Odacir Soares

Odacir elogia ação da Coopernorte

O senador Odacir Soares (PFL-RO) cumprimentou a diretoria da Cooperativa dos Produtores Hortifrutigranjeiros Brasil Norte (Coopernorte), por seu trabalho em favor da melhoria alimentar dos rondonienses e da geração de empregos no estado, assim como pelo pioneirismo na utilização da plasticultura (estufas) na produção de hortaliças.

Segundo o senador, as atividades da Coopernorte, localizada no município de Vilhena, "estão tirando a população de Rondônia do não consumo de importantes verduras, suprimindo as demandas

do consumo interno e começando a exportar para o Acre e o Amazonas". A iniciativa, lembrou, já começa a fazer escola, com a instalação de novas estufas no município de Jaru.

Odacir lamentou que a Coopernorte ainda enfrente problemas como a falta de informações sobre as potencialidades do mercado interno de Rondônia e da produção estadual e regional, o que torna difícil programar e projetar a expansão da empresa. A cooperativa recebe apoio técnico da Emater-RO e da Embrapa - Centro de Pesquisas Agroflorestais de Rondônia.



Jonas defende votação do projeto de Marina Silva